

ATA DA REUNIÃO DE 29.06.2018

**ATA N.º 13/2018**

**A**o vigésimo nono dia do mês de junho do ano dois mil e dezoito, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Rogério Monteiro da Costa, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Hugo Manuel Moreira Luís, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes, José António Paulo Felgueiras e Lúcia Maria Quitério da Silva Bonifácio de Carvalho. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra – Ratificação do Despacho de Adjudicação; **1.3.** Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira – Ratificação do Despacho de Abertura; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Atribuição de bolsas de estudo no domínio da música, ano letivo 2018/2019; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Suspensão da obra de Estabilização da arriba norte da praia Baleia/ Sul – Ericeira; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram dez horas e trinta minutos. -----

--- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

4

**--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----**

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I e II). -----

**--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

**--- INTERVENÇÕES: -----**

**-- DA VEREADORA LÚCIA CARVALHO: -----**

--- No uso da palavra, a Vereadora Lúcia Carvalho deu nota dos eventos realizados no Concelho de Mafra: no dia 15 de junho: a abertura das piscinas exteriores do Parque Desportivo Municipal de Mafra; o 24.º Torneio Internacional de Lisboa – Futebol sub18 (Portugal vs. Japão) no Estádio do Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 16 de junho: a abertura da exposição coletiva do Atelier de Artes Plásticas, no Claustro Norte do Palácio Nacional de Mafra, patente até 16 de julho; Marchas Populares, com atuação conjunta no Terreiro D. João V no dia 16 de junho e, ainda, atuações descentralizadas nas Freguesias; No Forte ao Luar, visitas ao Forte do Zambujal; no dia 22 de junho, a Gala Porco d'Ouro, no Claustro Sul do Real Edifício de Mafra; de 22 a 24 de junho, no Parque Desportivo Municipal de Mafra, Estádio da Seleção Nacional de Rugby Sub 16; de 23 e 24 de junho, na Praia da Foz do Lizandro, Beach Rugby Ericeira; no dia 23 de junho: Pic-nic Galante, no Jardim do Cerco, Mafra; concertos de encerramento do ano letivo do Conservatório de Música de Mafra, na Casa da Música Francisco Alves Gato, Mafra; no dia 24 de junho, a prova de Natação no Mar "A Milha da Ericeira", na Praia dos Pescadores, na Ericeira; de 23 de junho até 1 de julho, a participação do Município de Mafra na FIA - Feira Internacional de Artesanato, com apresentação do "Guia Turístico Mafra | Ericeira"; no dia 29 de junho, pelas 09h30, a apresentação do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, no Centro Municipal de Proteção Civil, Mafra. -----

--- Seguidamente, informou sobre os próximos eventos a decorrer no Concelho de Mafra: nos dias 30 de junho e 1 de julho, a partir das 10h00, A.TI.TUDO – O teu Mercado Aqui, no Parque Urbano de São Sebastião, assim como a etapa do Circuito Billabong Ericeira by Goola Açai, na Praia de Ribeira d'Ilhas, Ericeira; de 1 de julho a 31 de agosto, interrupção de obras e/ ou ocupação da via pública na orla costeira, na faixa de 1 km contando da linha de costa para nascente; a partir de 1 de julho, inscrições na

ATA DA REUNIÃO DE 29.06.2018

época desportiva 2018/ 2019, nas instalações Desportivas Municipais; de 2 a 7 de julho, o 4.º campo de férias de basquetebol da Associação de Basquetebol de Lisboa, no Parque Desportivo Municipal de Mafra; no dia 6 de julho, pelas 18h30, o Festival do Pão de Mafra, no Jardim do Cerco, em Mafra; nos dias 6 e 7 de julho, o Sumol Summer Fest, no Ericeira Camping; Teatro de Robertos – Animação de Verão na Ericeira, dia 7 de julho, pelas 14h30 e 16h00, respetivamente na Praia dos Pescadores e na Praia da Baleia ou Sul, e no dia 14 de julho, pelas 14h30 e 16h00, respetivamente na Praia de Ribeira d'Ilhas e Praia de S. Lourenço; de 09 a 11 de julho, no Edifício Municipal de Serviços, na Loja do Cidadão de Mafra, o Curso Geral de Cibersegurança para empresários e dirigentes municipais; nos dias 12 e 13 de julho, o 28.º Seminário Coastwatch "Deixa a tua praia respirar", na Casa de Cultura Jaime Lobo e Silva, na Ericeira; no 14 de julho, pelas 22h00, Cinema ao ar livre – Animação de Verão na Ericeira, na Praça da República – Jogo da Bola, na Ericeira. -----

--- **II – ORDEM DO DIA:** -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

--- **1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- **1.1. ATA:** -----

--- Presente a ata n.º 10/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 18 de maio de 2018. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 10/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 18 de maio de 2018. O Vereador Sérgio Santos não votou porque não esteve presente na aludida reunião de Câmara. -----

--- **1.2. REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO:** -----

4

--- Presente, em anexo, despacho de adjudicação do Sr. Presidente, exarado a 18 de junho do corrente ano, bem como Relatório Final do júri do procedimento, de 12 de junho, acompanhado dos demais documentos que compõem o processo de concurso (anexo III). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, na sequência do despacho de adjudicação do Sr. Presidente, exarado a 18 de junho, que traduz, nos termos do n.º 4 do art.º 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, a aprovação das propostas contidas no relatório final do júri do procedimento, datado de 12 de junho, proceder, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, à ratificação da adjudicação das prestações referentes ao fornecimento de "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra" nos seguintes termos: Adjudicação do Lote 1 à concorrente CONSÓRCIO ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL - INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890, pelo valor anual global de € 1.176.108,53 (um milhão, cento e setenta e seis mil, cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 3.528.325,59 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e Adjudicação do Lote 2 à concorrente CONSÓRCIO ICA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL - INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890, pelo valor anual global de € 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato de € 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como, nos termos do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato. -----

**--- 1.3. AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA ANTÓNIO BENTO FRANCO - ERICEIRA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ABERTURA: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/9767, e respetivos anexos, elaborada pela Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, datados

ATA DA REUNIÃO DE 29.06.2018

de 22 de junho de 2018, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, igualmente de 22 de junho, e despacho de abertura do Exmo. Sr. Presidente, da mesma data (anexo IV).-----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 22 de junho de 2018, que determinou, a título excecional, a abertura de procedimento por concurso público para a formação de contrato de empreitada de obras públicas para a execução da "Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco - Ericeira", nos termos da alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; a aprovação dos projetos, anúncio de procedimento, programa de concurso e caderno de encargos; o preço base do procedimento de 3 097 998,99€ (três milhões e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos), acrescido do IVA a taxa legal em vigor; o prazo de execução da obra em 225 (duzentos e vinte e cinco) dias; a proposta economicamente mais vantajosa determinada pela modalidade da melhor relação qualidade-preço como critério de adjudicação; o fornecimento gratuito das peças procedimentais e a composição do júri para a condução do procedimento proposta na referida informação, bem como a designação, para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, o Gestor do Contrato. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO:** -----

--- **2.1. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO NO DOMÍNIO DA MÚSICA, ANO LETIVO 2018/2019:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/9831, elaborada em 26 de junho de 2018, na Divisão de Educação e Juventude, sobre a qual recaíram os pareceres de

9

concordância da Chefe de Divisão de Educação e Juventude e da Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, ambos datados de 26 de junho corrente, bem como o despacho de concordância do Vereador António Felgueiras, exarado em 26 de junho de 2018 (anexo V). -----

--- Atenta a Informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo n.º 1 do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra, determinar a abertura do concurso de candidaturas às bolsas de estudo no domínio da música, no período de 4 a 18 de julho, bem como atribuir até 40 (quarenta bolsas), distribuídas pelos seguintes instrumentos: órgão (3), clarinete (2), flauta (1) flauta transversal (5), percussão (2), piano (11), saxofone (3), saxofone alto (1), trompa (2), trompete (4), violino (5) e violoncelo (1). Deliberou, ainda, nos termos do disposto no artigo 5.º do citado regulamento designar o Vereador António Felgueiras, como representante da Câmara Municipal no júri de avaliação das candidaturas e realização das provas de seleção. -----

### **--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: -----**

#### **--- 3.1. SUSPENSÃO DA OBRA DE ESTABILIZAÇÃO DA ARRIBA NORTE DA PRAIA BALEIA/ SUL – ERICEIRA: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação, elaborada a 15 de junho de 2018, na Divisão de Obras Municipais, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe de Divisão de Obras Municipais e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, bem como o despacho do Presidente da Câmara, ambos datados de 15 de junho de 2018 (anexo VI). -----

--- O Vereador Sérgio Santos questionou se a suspensão das obras não colocava em causa a segurança. -----

--- O Presidente esclareceu que os serviços municipais informaram que as condições de segurança estão acauteladas. Aditou que a suspensão temporária da obra, de 15 de junho de 2018 a 31 de agosto de 2018, se destina a possibilitar que os veraneantes possam circular, com segurança, naquela zona durante a época balnear. Mais informou que esta suspensão não acarreta aumento dos custos com a obra. -----

--- O Vereador Rogério Costa questionou se não foi esta a empresa que solicitou o adiantamento de pagamento. -----

## ATA DA REUNIÃO DE 29.06.2018

--- O Presidente respondeu afirmativamente, esclarecendo que o valor pago correspondia a 24% do valor da empreitada, condicionado à apresentação da caução no mesmo valor. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 36.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, com base no artigo 369.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente, em 15 de junho de 2018, que aprova a suspensão da obra de Estabilização da arriba norte da Praia da Baleia/Sul - Ericeira, de 15 de junho de 2018 a 31 de agosto de 2018, ou seja, pelo período de setenta e sete (77) dias. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----

\_\_\_\_\_ *fun fil* \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ *Ana Maria* \_\_\_\_\_



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE** **COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que foram delegadas pela deliberação camarária de 2017/10/24, anexo a relação respeitante aos despachos proferidos no período de 7 a 20 de junho de 2018.

Mafra, 21 de junho de 2018.

Presidente da Câmara,

---

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)



PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	178/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/04/24	2018/06/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALFREDO MIGUEL AMARO	LEGALIZAÇÃO DE ANEXO E TELHEIROS RUA DO PINHAL N.º 47 E 49 - MONTEMURO
OP	115/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/04/04	2018/06/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALVARO MANUEL DE OLIVEIRA GORJÃO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXOS E GARAGEM RUA 20 DE OUTUBRO, N.º 9 - SANTO ISIDORO
OP	338/2017	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/04/20	2018/06/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ANA CRISTINA SIMÕES AMARO	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO CALÇADA DO BALANCIL, N.º 12 - MONTEMURO
OP	51/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/07	2018/06/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	BRUNO RICARDO DUARTE	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, ANEXO E MUROS URBANIZAÇÃO DO BREJO LOTE 4, BREJO-SOBREIRO
OP	227/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/05/28	2018/06/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS TEODORO DO ROSÁRIO DA SILVA	LEGALIZAÇÃO DE VÃOS RUA DO CABO, 9-CARVOEIRA
OP	90/2018	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP OU LEGALIZAÇÃO)	2018/05/11	2018/06/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DANIEL FILIPE CLEMENTE FIGUEIRA DE ARAUJO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM E MUROS LIMITES DE RIBAMAR-LOTE 19 - SANTO ISIDORO
OP	143/2015	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2018/06/08	2018/06/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DISPLACA-CONSTRUÇÕES E REVESTIMENTOS, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, CHURRASQUEIRA E MUROS RUA NOVA, Nº 25-ALCAINÇA
OP	626/2007	ALTERAÇÕES	2018/05/23	2018/06/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	DÁRIO MANUEL HENRIQUES PLÁCIDO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ARRECADAÇÃO AGRÍCOLA PEDRA AMASSADA
OP	197/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/29	2018/06/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	EDUARDO ROQUE RIBEIRO XAVIER	CONSTRUÇÃO DE PISCINA E CASA DAS MÁQUINAS RUA DO PINHAL, N.º 16-CASA NOVA-ROMEIRÃO
OP	400/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/21	2018/06/07	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ENGALM-SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL COMPOSTO POR 4 MORADIAS UNIFAMILIARES GEMINADAS E MUROS RUA DA FONTE - VALBOM
OP	326/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/18	2018/06/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FERNANDO JOSÉ DA SILVA MARQUES	REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR COM DESTAQUE RUA PRINCIPAL, N.º 85 E RUA PADRE LUÍS GERMANO-MONTEMURO
LP	16/2018	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2018/05/22	2018/06/19	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	FUTURO APOIO-UNIPESSOAL, LDA	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO - JUNÇÃO DO LOTE 2 E 3 LOTE 2 E 3-CASAS SÃO LOURENÇO
LP	3/2018	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO	2018/05/30	2018/06/15	D DEFERIDO O ESTUDO/ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO	GONÇALO RODRIGO FAISCA FERNANDES BENTO	PEDIDO DE ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO RUA DAS DIONISIAS-VENDA DO VALADOR
OP	3/2015	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/07	2018/06/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HELIA MARIA CARREIRA DOS SANTOS TIMOTEO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CASAL DAS ADEGAS, N.º 163 - ADEGAS
OP	275/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/18	2018/06/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	HERNANI FRANCO-CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E GARAGEM LOTE 7-ALTO DA FORÇA

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	173/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/06/01	2018/06/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	JOÃO PONTES SIMÕES MELÂNEO	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DAS CURVEIRAS, N.º 6-FOZ DO LIZANDRO
OP	150/2018	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/06/05	2018/06/12	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUÍS MIGUEL DOS REIS DA LUZ VITORINO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE ANEXOS E TELHEIROS RUA DA TORRE BELA, N.º 833 - CASAL NOVO
OP	21/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/23	2018/06/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARGARIDA DOS SANTOS BATALHA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS RUA DA PEDREIRA-CASAS DE MONTE BOM
OP	105/2014	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2018/04/19	2018/06/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA LUÍSA DA SILVA BASÍLIO	LEGALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR TRAVESSA DA AVÓ, N.º 4-A - A-DA-PÉRRÁ
OP	5/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/22	2018/06/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	OLIVER BUGGLE	CONSTRUÇÃO DE PISCINA  RUA DO CARRASCAL, 19 PALHAIS - SANTO ISIDORO
OP	224/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/23	2018/06/11	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	RAIZES POTENCIAIS CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIA, LDA	CONSTRUÇÃO DE CONDOMÍNIO HABITACIONAL COM TRES MORADIAS EM BANDA E MUROS MALVEIRA
OP	286/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/07	2018/06/19	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	SERGIO MANUEL DOS SANTOS TIMOTEO	CONSTRUÇÃO DE PADARIA  AZENHA
OP	249/2017	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/21	2018/06/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	TIMO RUDOLF GASSNER	ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR  PUCARIÇA - SANTO ISIDORO
OP	15/2018	PROJETOS DE ESPECIALIDADE	2018/05/08	2018/06/08	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	XEXPER - CONSULTORES FINANCEIROS , UNIPESOAAL LDA.	PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE SOTÃO PARA HABITAÇÃO RUA JOSÉ LUCIO DA SILVA - N.º 6 - ERICEIRA

1

2

3

4



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Assuntos Jurídicos**  
**Unidade de Licenciamentos Diversos**  
**Secção de Licenciamentos Diversos**

Tomei conhecimento.  
À Reunião  
O Presidente da Câmara,

  
26/06/18

**INFORMAÇÃO**

Ao abrigo do despacho n.º 49/2017 de 24/10/2017, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 29 de maio 4, 8, 11, 12, 15, 19, 20, 21 e 22 de junho de 2018 ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença especial de ruído	16
Licença de recinto improvisado	11
Licença para Divertimento Público	7
Licença para Passeio Desportivo	1
Licença para Prova Desportiva	1

Mafra, 22 de junho de 2018

O Vereador,

(Hugo Moreira Luís)

**RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA**

**SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS**

9  
8

04/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SMOOTHPRESSURE	141,06 €	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ARTUR MANUEL PROENÇA DE CARVALHO	141,06 €	DEFERIDO
15/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	ISENTO	DEFERIDO
11/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE SÃO SEBASTIÃO	ISENTO	DEFERIDO
14/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	ISENTO	DEFERIDO
14/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	ISENTO	DEFERIDO
14/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	ISENTO	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CLUBE FUTEBOL JERUMELO	ISENTO	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CLUBE FUTEBOL JERUMELO	ISENTO	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	PAULO AMÉRICO FERNANDES	141,06 €	DEFERIDO
12/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	MARIA DE FÁTIMA NUNES MANO DA SILVA	99,39 €	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	MARIA DE FÁTIMA NUNES MANO DA SILVA	15,48 €	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	MARIA DE FÁTIMA NUNES MANO DA SILVA	141,06 €	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	REFÚGIO FO MAR, LIMITADA	ISENTO	DEFERIDO
12/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CLUBE HIPER-ACTIVO-CULTURA E LAZER	ISENTO	DEFERIDO
12/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	CLUBE HIPER-ACTIVO-CULTURA E LAZER	ISENTO	DEFERIDO
04/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CLUBE HIPER-ACTIVO-CULTURA E LAZER	ISENTO	DEFERIDO
08/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	SANTA CASA DA MISERICÓRIDA DA VENDA DO PINHEIRO	ISENTO	DEFERIDO
11/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	SANTA CASA DA MISERICÓRIDA DA VENDA DO PINHEIRO	ISENTO	DEFERIDO
11/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	SANTA CASA DA MISERICÓRIDA DA VENDA DO PINHEIRO	ISENTO	DEFERIDO
12/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL SÃO DA ERICEIRA	99,39 €	DEFERIDO
11/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL SÃO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
29/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL SÃO DA ERICEIRA	ISENTO	DEFERIDO
15/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
15/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
15/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
15/06/2018	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	GRUPO MOTARD ABOBRAS	ISENTO	DEFERIDO
22/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA NA MALVEIRA	99,39 €	DEFERIDO
21/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA NA MALVEIRA	ISENTO	DEFERIDO
19/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ACAR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE ANIMAÇÃO DA ROUSSADA	ISENTO	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	ACAR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE ANIMAÇÃO DA ROUSSADA	ISENTO	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ACAR - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE ANIMAÇÃO DA ROUSSADA	ISENTO	DEFERIDO
22/06/2018	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIBAMAR	99,39 €	DEFERIDO
29/05/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE RIBAMAR	ISENTO	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	LOBAGUEIRA BTT	20,78 €	DEFERIDO
20/06/2018	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DA IGREJA NOVA	ISENTO	DEFERIDO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Adjudicação do **Lote 1** à concorrente **CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890**, pelo valor anual global de **€ 1.176.108,53 (um milhão, cento e setenta e seis mil, cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de **€ 3.528.325,59 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; nos termos da proposta apresentada onde se encontram plasmados os preços unitários por tipologia de refeição, nos seguintes termos:

Tipologia de Refeição	Preço Unitário
<i>Fornecimento de pequeno-almoço</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Fornecimento almoço (método Cook-Chill)</i>	<b>1,12 €</b>
<i>Fornecimento de lanche</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos- almoços</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método cook chill)</i>	<b>1,57 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches</i>	<b>0,23 €</b>

Valores aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

e

- Adjudicação do **Lote 2** à concorrente **CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890**, pelo valor anual global de **€ 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato de **€ 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da proposta apresentada onde se encontram plasmados os preços unitários por tipologia de refeição, nos seguintes termos:



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

DESPACHO

Na sequência de deliberação da Câmara Municipal de 6 de abril de 2018, procedeu-se à abertura de procedimento por **Concurso Público, com publicação no Jornal Oficial da União Europeia**, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para o fornecimento e prestação de serviços no âmbito das **“Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra”** para o ano letivo 2018/2019 com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico ocorreu a 6 de abril de 2018.

Conduzidos os devidos trâmites procedimentais, rececionadas as propostas, procedeu o júri do procedimento, designado na sequência da referida deliberação, à elaboração do Relatório Preliminar, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do CCP, tendo, nos termos do disposto no artigo 147.º, procedido à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, assim o querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Terminado o período de audiência prévia, procedeu o júri do procedimento em apreço à elaboração do Relatório Final (em anexo ao presente despacho), nos termos do art.º 148.º do CCP.

Pelo que, atenta a necessidade de cumprir com os prazos subjacentes à abertura do novo ano letivo escolar e para o efeito garantir a atempada outorga do contrato e obtenção do devido visto do Tribunal de Contas, **determino**, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa, nos termos conjugados do n.º 4 do artigo 148.º do CCP com o n.º 3 do art.º 35 do Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a adjudicação do supramencionado objeto contratual, conforme proposta plasmada em sede do referido Relatório Final do júri do procedimento, nos seguintes termos:





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Tipologia de Refeição	Preço Unitário
<i>Fornecimento em confeção local de almoço para crianças do berçário</i>	<b>0,91 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de lanche para crianças do berçário</i>	<b>0,10 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças do berçário</i>	<b>0,05 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças do berçário</i>	<b>0,09 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de almoço para crianças da creche</i>	<b>0,95 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de lanche para crianças da creche</i>	<b>0,20 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças da creche</i>	<b>0,05 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças da creche</i>	<b>0,13 €</b>

Valores aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Mais determino, nos termos do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato

**Paços do Concelho, 18 de junho de 2018**

**O Presidente da Câmara,**

**(Helder Sousa Silva)**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATO N.º \_\_\_\_/2018

### "REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA"

--- Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Município de Mafra, perante mim, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças desta Câmara Municipal, exercendo as funções de Oficial Público, para as quais fui designada por despacho do Senhor Presidente datado de vinte e quatro de outubro de dois mil e dezassete, nos termos e para os efeitos da disposição contida na alínea b) do número dois, do artigo trinta e cinco do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, celebram o presente contrato acima referido, os seguintes contraentes:

Como **PRIMEIRO CONTRAENTE**: MUNICÍPIO DE MAFRA, com sede na Praça do Município, código postal 2644-001 Mafra, pessoa coletiva número 502177080, representada no presente ato pelo seu Presidente Hélder António Guerra de Sousa Silva, natural e residente na Freguesia e Concelho de Mafra, portador do cartão de cidadão número 06973946 3ZZ7, válido até 20.10.2018.

Como **SEGUNDO CONTRAENTE**: CONSORCIO ICA E NORDIGAL., constituído pelas empresas ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A., e NORDIGAL - Indústria de Transformação Alimentar, S.A., com sede em \_\_\_\_\_ que de acordo com \_\_\_\_\_ do contrato de constituição do consórcio, o representante do mesmo é \_\_\_\_\_, pessoa coletiva número \_\_\_\_\_, a que corresponde o número de registo na Conservatória do Registo Comercial de \_\_\_\_\_ representada no presente ato pelo \_\_\_\_\_ portador do cartão de cidadão número \_\_\_\_\_ válido

CONTRATO N.º \_\_\_\_/2018

"REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA"

Praça do Município • 2644-001 • Mafra  
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130  
e-mail: geral@cm-mafra.pt  
Internet: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)







## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

até \_\_\_\_\_, contribuinte número \_\_\_\_\_, qualidade e poderes que verifiquei pela \_\_\_\_\_.

**E, pelas partes, foi dito que o contrato se regerá pelas cláusulas seguintes:**

**CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>** - O presente contrato tem por objeto a **"REFEIÇÕES ESCOLARES PARA OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1.º CICLO E PRÉ-ESCOLAR DO CONCELHO DE MAFRA E PARA A CRECHE MUNICIPAL DE MAFRA"** pelo segundo a favor do primeiro contraente, na sequência do concurso público efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

**CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>** - **a)** O serviço de fornecimento de refeições objeto do presente procedimento será prestada pelo prazo correspondente ao ano letivo de 2018/2019; **b)** A calendarização apresentada poderá sofrer alterações face às orientações do Ministério da Educação; **c)** O contrato vigora pelo período correspondente ao ano letivo de 2018/2019, com possibilidade de renovação para os anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, sem prejuízos das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato; **d)** O presente contrato irá produzir efeitos após o Visto do Tribunal de Contas.

**CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>** - **a)** O valor anual relativo ao **LOTE 1** - "Pequenos almoços, almoços (método cook-chill) e lanches, para os estabelecimento de ensino do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar, projetos pontuais e durante as interrupções letivas", é de **€1.176.108,53** (um milhão cento e setenta e seis mil cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos) a que corresponde um preço contratual de **€3.528.325,59** (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), o valor anual relativo ao **LOTE 2** - "Fornecimento de alimentação (almoços, lanches e merendas da manhã e da tarde), em confeção local, na Creche da Câmara Municipal de Mafra", é de **€22.914,00** (vinte e dois mil novecentos e catorze euros), a que corresponde um preço contratual de **€68.742,00** (sessenta e oito mil setecentos e quarenta e dois



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

euros), valores aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor; **b)** O pagamento do preço contratual previsto anteriormente será efetuado de acordo com a proposta apresentada, a qual fica a fazer parte integrante deste contrato a cujo exato cumprimento o segundo contraente se obriga.

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> - a)** O procedimento por concurso público relativo ao presente contrato, foi autorizado por deliberação do Executivo Municipal, em reunião realizada em seis de abril de dois mil e dezoito; **b)** A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho proferido pelo \_\_\_\_\_, sendo a minuta relativa ao mesmo aprovada nesta mesma data.

**CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>** – O pagamento do encargo previsto anteriormente será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: classificação orgânica \_\_\_\_\_; classificação económica – \_\_\_\_\_, cuja dotação global para o presente ano económico é de \_\_\_\_\_ e o saldo disponível é de \_\_\_\_\_, conforme informação de compromisso n.º \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>** – Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o segundo contraente prestou uma caução, através de \_\_\_\_\_, no valor de \_\_\_\_\_, correspondente a \_\_\_\_\_ por cento do valor da prestação de serviços, com exclusão do IVA.

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>** – Todas as despesas inerentes à celebração do contrato serão por conta do segundo contraente.

**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>** – Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é a Chefe da Divisão da Educação e Juventude, Dra. Margarida Infante.

**CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>** – Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>** - O presente contrato carece de visto do Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo quadragésimo sexto da Lei número noventa e oito barra noventa e sete, de vinte e seis de agosto, na sua redação atual, conjugado com o artigo cento e sessenta e quatro da Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro.

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>** - Em tudo o omissso regularão as disposições aplicáveis do Código dos Contratos Públicos.

**CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>** - Os litígios decorrentes da interpretação do presente contrato, serão submetidos ao Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com renúncia a qualquer outro.

Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos contraentes.

Junto ao presente contrato são arquivados os seguintes documentos:

- a) Declaração comprovativa da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social, emitida em \_\_\_\_\_, pelo Serviço Segurança Social Direta;
- b) Certidão comprovativa da regularização da situação tributária perante a Fazenda Pública, emitida em \_\_\_\_\_, pelo Serviço de Finanças de \_\_\_\_\_;
- c) Certidão permanente do Registo Comercial subscrita em \_\_\_\_\_ e válida até \_\_\_\_\_;
- d) Certificados do Registo Criminal dos membros do \_\_\_\_\_, datados de \_\_\_\_\_, emitidos pelo Ministério da Justiça, Direção Geral da Administração da Justiça.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Pelo Primeiro Contraente, \_\_\_\_\_

Pelo Segundo Contraente, \_\_\_\_\_

O Oficial Público, \_\_\_\_\_

### CONTA:

Foi paga a guia n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

<b>CONTRIBUINTE FISCAL</b>			
<b>CLASSIFICAÇÃO RECEITA</b>			
IAO3	Tabela de Taxas – art.º 1.º n.º 1.11 (€1,86 por cada página de contrato)		
420104			
	<b>TOTAL</b>		



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**RELATÓRIO FINAL**

**(Concurso Público) PARA:**

**"Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"**

Ao 12.º (décimo segundo) dia do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu na Sala de Reuniões do Piso 0, do Edifício dos Paços do Município de Mafra, pelas dez horas, o Júri nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 6 (seis) de abril do ano de dois mil e dezoito, constituído pela Presidente, Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento e pela 2.ª Vogal Efetiva, Cátia Sousa, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado abreviadamente por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Final.-----

**I - PRONÚNCIAS EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA** -----

O Júri procedeu, na sequência da elaboração do Relatório Preliminar, datado de 21 (vinte e um) de maio do ano de dois mil e dezoito, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, na sua redação atual, à audiência prévia escrita das concorrentes.-----

Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados sobre a intenção de ordenação das propostas, tendo beneficiado do prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia, o que não aconteceu. -----

**II - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO**-----

Decorrido, assim, o prazo de audiência prévia sem quaisquer objeções ao teor do Relatório Preliminar pelos concorrentes e considerando o cumprimento das formalidades exigidas, o Júri deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 148.º do CCP, na sua redação atual, manter a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação, constante no ponto 4 do referido Relatório Preliminar e propor a adjudicação do fornecimento de "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra" nos seguintes termos:-----



### CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- **Adjudicação do Lote 1 à concorrente CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890**, pelo valor anual global de € 1.176.108,53 (um milhão, cento e setenta e seis mil, cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato, de € 3.528.325,59 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da proposta apresentada onde se encontram plasmados os preços unitários por tipologia de refeição, nos seguintes termos:-----

Tipologia de Refeição	Preço Unitário
<i>Fornecimento de pequeno-almoço</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Fornecimento almoço (método Cook-Chill)</i>	<b>1,12 €</b>
<i>Fornecimento de lanche</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de pequenos- almoços</i>	<b>0,23 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de almoços (método cook chill)</i>	<b>1,57 €</b>
<i>Prestação do Serviço de Preparação e Disponibilização de lanches</i>	<b>0,23 €</b>

Valores aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor-----

- **Adjudicação do Lote 2 à concorrente CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A., NIPC 501 426 230 e NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A., NIPC 502 176 890**, pelo valor anual global de € 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a que corresponde um preço contratual, referente ao prazo máximo do contrato de € 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos da proposta apresentada onde se encontram plasmados os preços unitários por tipologia de refeição, nos seguintes termos:-----

Tipologia de Refeição	Preço Unitário
<i>Fornecimento em confeção local de almoço para crianças do berçário</i>	<b>0,91 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de lanche para crianças do berçário</i>	<b>0,10 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças do berçário</i>	<b>0,05 €</b>



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

<i>Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças do berçário</i>	<b>0,09 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de almoço para crianças da creche</i>	<b>0,95 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de lanche para crianças da creche</i>	<b>0,20 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da manhã para crianças da creche</i>	<b>0,05 €</b>
<i>Fornecimento em confeção local de merenda da tarde para crianças da creche</i>	<b>0,13 €</b>

Valores aos quais acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor-----

**Presidente do Júri,**

12/06/2018

X

Marqarida Infante  
Chefe da Divisão de Educação e Juventude  
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

**O 1.º Vogal,**

**A 2.ª Vogal,**

12/06/2018

12/06/2018

X

Vasco Mota  
Dirigente da Unidade de Contratação Públic...  
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

X

Cátia Sousa  
Técnica Superior  
Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**RELATÓRIO PRELIMINAR**

**(Concurso Público) PARA:**

**"Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra"**

Ao **21.º (vigésimo primeiro) dia do mês de maio do ano de dois mil e dezoito**, reuniu, na Sala de Reuniões do Piso 0, do Edifício dos Paços do Município de Mafra, pelas onze horas, o Júri nomeado por deliberação da Câmara Municipal de 6 (seis) de abril do ano de dois mil e dezoito, constituído pela Presidente, Margarida Infante, Chefe da Divisão de Educação e Juventude, pelo 1.º Vogal Efetivo, Vasco Mota, Dirigente da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento e pela 2.ª Vogal Efetiva, Cátia Sousa, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão de Assuntos Jurídicos, em cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado abreviadamente por CCP, para proceder à elaboração do presente Relatório Preliminar, na sequência da análise e avaliação das propostas apresentadas.-----

**1- PROPOSTAS APRESENTADAS**-----

**1.1** - Foram apresentadas propostas, dentro do prazo estipulado no Programa do Concurso, na plataforma de contratação pública eletrónica, utilizada por esta Câmara Municipal, *Saphety-Gov*, pelas seguintes empresas concorrentes, de acordo com a ordem de submissão na mencionada plataforma: -----

- **EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA.**, NIPC 500 347 506, apresentou uma proposta para o **Lote I** no valor anual global de **€ 1.632.251,33 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e um euros e trinta e três cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 4.896.753,99 (quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e cinquenta e três euros e noventa e nove cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e uma proposta para o **Lote II** no valor anual global de **€ 48.605,04 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinco euros e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 145.815,12 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e quinze euros e doze cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

- **UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.**, NIPC 501 323 325, apresentou uma proposta para o **Lote I** no valor anual global de **€**





**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**1.314.052,91 (um milhão, trezentos e catorze mil, cinquenta e dois euros e noventa e um cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 3.942.158,73 (três milhões, novecentos e quarenta e dois mil, cento e cinquenta e oito euros e setenta e três cêntimos)** e uma proposta para o **Lote II** no valor anual global de **€ 52.927,92 (cinquenta e dois mil, novecentos e vinte e sete euros e noventa e dois cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 158.783,76 (cento e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e três euros e setenta e seis cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

- **CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 501 426 230 e **NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 502 176 890 apresentou uma proposta para o **Lote I** no valor anual global de **€ 1.176.108,53 (um milhão, cento e setenta e seis mil, cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 3.528.325,59 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e uma proposta para o **Lote II** no valor anual global de **€ 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

- **ITAU-INSTITUTO TECNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA S.A.**, NIPC 500 142 858, apresentou uma proposta para o **Lote I** no valor anual global de **€ 1.399.675,47 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, seiscentos e setenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 4.199.026,41 (quatro milhões, cento e noventa e nove mil, vinte e seis euros e quarenta e um cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e uma proposta para o **Lote II** no valor anual global de **€ 27.018,00 (vinte e sete mil e dezoito euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, traduzindo-se a mesma num montante total global de **€ 81.054,00 (oitenta e um mil e cinquenta e quatro euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

**1.2 –** Foi, ainda, submetida na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante uma exposição/ declaração, subscrita pela **GERTAL – COMPANHIA GERAL DE**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.**, NIPC: 500 126 623, da qual consta que: "(...) tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de CPBS 2/2018/DAGF/DGFP/UCPA para "Refeições Escolares para os Estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar do Concelho de Mafra e para a Creche Municipal de Mafra", declara, sob compromisso de honra, que:-----

A experiência da Gertal na prestação de serviços no sector da restauração, nomeadamente no setor da educação, e especificamente para a CM de Mafra, permite concluir que as premissas do Caderno de Encargos do mesmo conduzem a uma estrutura de custos, nomeadamente encargos gerais e matérias-primas superior ao preço base definido pela Entidade Contratante.-----

Deste modo, entendemos não ser possível a apresentação de uma proposta cujo montante não extravase o valor base previsto ou cuja execução não defraude os pressupostos enunciados no programa de procedimento e caderno de encargos."-----

### **2 – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS** -----

Determina o n.º 1 do artigo 146.º do CCP, na sua redação atual, que: "(...) o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.", dispondo o n.º 2 do mesmo artigo, na alínea o) que, no relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas: "Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70º".-----

Por sua vez o artigo 70.º do CCP, na sua redação atual, determina que: "As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, e termos ou condições", estando previsto nas alíneas a) e d) do n.º 2 do mesmo artigo que são excluídas as propostas cuja análise revele: "Que não apresentam algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º" e "Que o preço contratual seria superior ao preço base".-----

**2.1** – Analisada a proposta apresentada pela **ITAU-INSTITUTO TECNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA S.A.**, NIPC 500 142 858, verifica-se que a mesma não se encontra instruída por todos os documentos exigidos no ponto 5.3 do Programa de Procedimento, relativos a aspetos não submetidos à concorrência, em concreto, metodologia (Periodicidade, descrição e Modelo, relatório ou outro documento tipo utilizado pelo concorrente) utilizada para promover o controlo da qualidade/supervisão da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

prestação do serviço; os meios humanos a afetar à execução da prestação de serviços; o curriculum circunstanciado dos elementos que irão intervir e constituir a equipa técnica responsável a afetar à execução do objeto do concurso; a ementa tipo para refeições – almoços e as condições de pagamento.-----

Acresce que, para além deste facto, também se extrai do Mapa de Pregos apresentado por esta concorrente, que o valor global da proposta apresentada para o **Lote I** é superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 1.200.655,87 (um milhão, duzentos mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos) e, consequentemente, de valor superior ao preço contratual máximo de € 3.601.967,61 (três milhões, seiscentos e um mil, novecentos e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), referente ao período 2018/2021, caso se concretizem as duas renovações previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Caderno de Encargos, e que o valor global da proposta apresentada para o **Lote II** também é superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros) e, consequentemente, de valor superior ao preço contratual máximo de € 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros), referente ao mesmo período.-----

Termos em que, face à proposta apresentada, o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º, das alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 70.º e da alínea c) do artigo 57.º, todos do CCP, na sua redação atual, propor a exclusão da proposta apresentada pela concorrente **ITAU-INSTITUTO TECNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA S.A.**, NIPC 500 142 858.-----

**2.2 -** Analisadas as propostas apresentadas pelas concorrentes **EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA.**, NIPC 500 347 506 e **UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.**, NIPC 501 323 325, verifica-se que as propostas apresentadas para o **Lote I** são de valor superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 1.200.655,87 (um milhão, duzentos mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos) e, consequentemente, de valor superior ao preço contratual máximo de € 3.601.967,61 (três milhões, seiscentos e um mil, novecentos e sessenta e sete euros e sessenta e um cêntimos), referente ao período 2018/2021, caso se concretizem as duas renovações previstas no n.º 3 do artigo 2.º do Caderno de Encargos, e que as propostas apresentadas para o **Lote II** também são de valor superior ao preço base anual do mesmo, cujo montante é de € 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros) e, consequentemente, de valor superior ao preço



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

contratual máximo de € 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros), referente ao mesmo período.-----

Termos em que, face às propostas apresentadas o Júri deliberou, por unanimidade, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea o) do n.º 2 do artigo 146.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º, ambos do CCP, na sua redação atual, propor a exclusão das propostas apresentadas pelas concorrentes **EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA.**, NIPC 500 347 506 e **UNISELF – SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.**, NIPC 501 323 325.-----

### 3 – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO-----

Para efeitos de avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes, foi aplicado o critério de adjudicação constante do Ponto 11 do Programa do Procedimento, que de seguida se transcreve: "A adjudicação é efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da "Avaliação do preço", nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP."-----

### 4 – ANÁLISE DAS PROPOSTAS:-----

Restando uma única proposta, foi a mesma analisada tendo-se verificado que a mesma é composta por todos os documentos exigidos e que não se verifica nenhuma das causas de exclusão legalmente previstas.-----

Assim, o Júri deliberou, por unanimidade, propor o seguinte:-----

- **Adjudicação do Lote I à concorrente CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 501 426 230 e **NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 502 176 890, pelo valor anual global de € 1.176.108,53 (um milhão, cento e setenta e seis mil, cento e oito euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e num montante global total de € 3.528.325,59 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

- **Adjudicação do Lote II à concorrente CONSÓRCIO ICA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 501 426 230 e **NORDIGAL – INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO ALIMENTAR, S.A.**, NIPC 502 176 890, pelo valor anual global de € 22.914,00 (vinte e dois mil, novecentos e catorze euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, num montante global total de € 68.742,00 (sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----




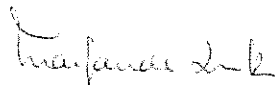
**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**6 - AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Tendo em consideração o disposto no artigo 147.º do CCP, na sua redação atual, o Júri deliberou, por unanimidade, proceder à audiência escrita dos concorrentes, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para que se pronunciem sobre o presente relatório preliminar, querendo, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**Presidente do Júri,**

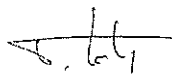
 Assinatura inválida

X 

Margarida Infante  
Chefe da Divisão de Educação e Juventude  
Assinado por: ANA MARGARIDA MARTINS INFANTE

**O 1.º Vogal Efetivo**

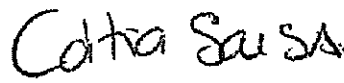
21/05/2018

X 

Vasco Mota  
Dirigente da Unidade de Contratação Públic...  
Assinado por: VASCO BRUNO MOTA

**A 2.ª Vogal Efetiva**

21/05/2018

X 

Cátia Sousa  
Técnica Superior  
Assinado por: CÁTIA ALEXANDRA GOMES DE SOUSA



13

20

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração do Exmo. Sr. Presidente.

2018./06./22

O Vereador,

(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

22./06./2018

Chefe de Divisão de Assuntos Jurídicos em substituição da DDAGF, conforme Despacho n.º 56/2017 de 24/10.

(Bernardete Calhaço)

Concordo com a informação dos serviços. À consideração superior.

22./06./2018

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património,

(Dulce Lourenço)

**DESPACHO**

Face à informação dos serviços, determino, a título excecional e por motivo de urgência na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, no sentido de garantir a concretização da cronologia de trabalhos, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada para a execução da, **Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira** nos termos elencados e propostos pelos serviços.

Mais determino a aprovação dos projetos, programa de concurso e caderno de encargos.

Remeta-se, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, este despacho a reunião de Câmara.

22.06.2018

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2018/9767**

**ASSUNTO:** CPE 3/2018 - "Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"

Tem sido preocupação do executivo camarário a monitorização e resolução dos problemas sociais e económicos das populações, muitas vezes provocados por carências de equipamentos e/ou ineficiência dos equipamentos existentes.

anexo IV



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

#### **Divisão de Gestão Financeira e Património**

Nesta perspetiva, pretende a câmara proceder a reabilitação e ampliação da Escola Básica António Bento Franco na Ericeira, como resposta às atuais carências de salas de aulas e a conferir ao edifício melhores condições de conforto humano, que muito poderá contribuir para o sucesso dos alunos. A intervenção consiste na reabilitação dos espaços existentes, tais como os pavilhões, salas de aulas, redefinição do espaço que constitui a biblioteca e a sala de informática e ainda a ampliação do refeitório.

Considerando o **Acordo de Colaboração para a Realização de Obras de Requalificação e Modernização das Instalações na Escola Básica António Bento Franco da Ericeira** celebrado entre o Município de Mafra e o **Ministério da Educação**, datado de 14 de junho do presente ano.

Atenta a **Informação Interno/2018/9619**, e conjunto de elementos técnicos em anexo à Distribuição EDOC/2018/25401, exarada pela **Divisão de Obras Municipais - Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**, onde é manifestada a necessidade de proceder à celebração de contrato para a execução da empreitada referente à **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"**, tendo em conta que a verba referente à despesa em apreço se encontra prevista no projeto/ação expresso em Plano Plurianual de Investimento **(2018|I|34)**, referente a "Ensino não superior: EB 2/3 Ericeira". Tendo sido garantido o devido cabimento conforme Informação de cabimento **2089/2018**, **propõe-se:**

#### **1. Tipo de Procedimento:**

Abertura de Procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, para a formação de contrato de empreitada da **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"**;

#### **2. Preço Base:**

Considerar como preço base, para o procedimento supramencionado, o valor de **3 097 998,99€ (três milhões e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

### **3. Critério de Adjudicação:**

- 3.1 Considerar como Critério de Adjudicação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua redação atual o da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade **da melhor relação qualidade-preço**;
- 3.2 Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

a) **Preço global da proposta (50,00%);**

b) **Qualidade técnica da proposta (50,00%)**, dividida pelos seguintes subfactores:

- b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);
- b.2) Plano de Trabalhos (20%);
- b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);
- b.4) Plano de Equipamento (15%).

### **4. Júri do Concurso**

- 4.1 Que o júri do concurso, nos termos do artigo 67.º do CCP, venha a ter a seguinte constituição:
- Presidente: António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras Municipais;
  - 1.º Vogal: Rui Constantino, Técnico Superior da Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento;
  - 2.º Vogal: Cátia Sousa, Técnica Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;
  - 1.º Vogal Suplente (que substitui o presidente em caso de impedimento): João Tavares, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais;
  - 2.º Vogal Suplente: Diogo Santos, Técnico Superior a desempenhar funções na Divisão de Assuntos Jurídicos;





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Departamento de Administração Geral e Finanças

#### Divisão de Gestão Financeira e Património

- 4.2 Que ao júri sejam delegadas todas as competências inerentes ao procedimento concursal à exceção da competência para retificação das peças do procedimento, da decisão sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69º do CCP, na sua redação atual.

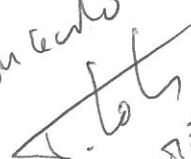
**5. Aprovação do projeto, anúncio de procedimento, Programa de Concurso e Caderno de Encargos**, em anexo à presente informação, cujo clausulado prevê, nomeadamente:

- 5.1 Prazo de execução de **225 (duzentos e vinte e cinco)** dias;
- 5.2 Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com os artigos 88.º e 89.º do CCP;
- 5.3 Atribuir carácter de gratuidade às peças procedimentais.
- 5.4 Prazo para a apresentação das propostas: nos termos do n.º 1 do art.º 135.º do CCP definir um prazo de **18 (dezoito) dias** para a apresentação das propostas.
- 6.** Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, que seja designado como **Gestor do Contrato**: João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

À consideração superior,  
O Técnico Superior

22 / 06 / 2018

  
(Rui Constantino)

2018/06/22  
Concursos  
  
(Vasco Botas)

## INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

Orçamento para o ano de 2018						
Classificação Orgânica	0403	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE				
Classificação Económica	07010305	EDIFÍCIOS Escolas				
Classificação Funcional	2.1.1. 05	Ensino não superior EB 2/3 da Ericeira				
N.º Rubrica do Plano	2018 I 34					
		Ano Corrente	2019	2020	2021	Seguintes
1	Orçamento Inicial	5,00	1.500.000,00	1.500.000,00		
2	Reforços / Anulações	205.500,00	1.697.000,00	-1450000,00		
3	Congel. / Descongela. ( não aplicável)					
4 = 1 + 2 - 3	Orçamento Corrigido	205.505,00	3.197.000,00	50.000,00		
5	Encargos Assumidos (a)	42.681,00				
6 = 4 - 5	Saldo Disponível	162.824,00				
7	Despesa Emergente, que fica cativa (b)	160.000,00	3.123.878,93			
8 = 6 - 7	Saldo Residual	2.824,00				

Data: 2018/06/22 Numero de lançamento no diário do orçamento: 7016

Proposta de Cabimento n.º 2018/2089

AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO -ESCOLA BÁSICA 2/3 ERICEIRA-EDOC/2018/35421

DULCE MARIA DUARTE  
LOURENÇO  
2018.06.22 15:40:56 +01'00'

*II SÉRIE*

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-Feira, 22 de Junho de 2018

Número 119

---

## PARTE L - CONTRATOS PÚBLICOS

---

### MUNICÍPIO DE MAFRA

#### Anúncio de procedimento n.º 4798/2018

#### MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

##### 1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Designação da entidade adjudicante: Município de Mafra

NIPC: 502177080

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

País: PORTUGAL

Endereço da Entidade: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)

Endereço Eletrónico: [aprovisionamento@cm-mafra.pt](mailto:aprovisionamento@cm-mafra.pt)

##### 2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco - Ericeira

Descrição sucinta do objeto do contrato: Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco - Ericeira

Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas

Preço base do procedimento: Sim

Valor do preço base do procedimento: 3097998.99 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 45262800

##### 3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Referência interna: CPE 3/2018

O contrato envolve aquisição conjunta (com várias entidades)? Não

Contratação por lotes: Não

O contrato é adjudicado por uma central de compras: Não

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não

É utilizado um leilão eletrónico: Não

É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

5 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

País: PORTUGAL

NUT III: PT170

Distrito: Lisboa

Concelho: Mafra

Freguesia: Freguesia de Ericeira

6 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Prazo: Dias

225 dias

O contrato é passível de renovação? Não

7 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Habilitação para o exercício da atividade profissional

Sim

Tipo:

Alvará

Descrição:

Alvarás de empreiteiro de obras públicas

7.2 - Informação sobre contratos reservados

O contrato está reservado a entidades e fornecedores cujo objetivo principal seja a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou desfavorecidas?

Não

8 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO, PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados:

Unidade de Contratação Pública e Aprovisionamento

Endereço desse serviço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: [aprovisionamento@cm-mafra.pt](mailto:aprovisionamento@cm-mafra.pt)

8.2 - Fornecimento das peças do concurso, apresentação dos pedidos de participação e apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante:

Saphety (<http://www3.saphety.com/pt/solutions/public-procurement>)

9 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Até às 17 : 00 do 18.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

10 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

180 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

11 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Melhor relação qualidade-preço: Sim

Critério relativo à qualidade

Nome: Qualidade técnica da proposta

Ponderação: 50 %

Critério relativo ao custo

Nome: Preço global da proposta

Ponderação: 50 %

12 - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

Sim 5 %

**13 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Designação: Câmara Municipal de Mafra

Endereço: Praça do Município

Código postal: 2644 001

Localidade: Mafra

Endereço Eletrónico: [aprovisionamento@cm-mafra.pt](mailto:aprovisionamento@cm-mafra.pt)

**14 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA**

2018/06/22

**15 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA:**

Não

**16 - OUTRAS INFORMAÇÕES**

Serão usados critérios ambientais: Não

**17 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO**

Nome: Helder Sousa Silva

Cargo: Presidente da Câmara Municipal

411450202

---

II SÉRIE



**Diário da República Eletrónico:**

Endereço Internet: <http://dre.pt>

**Contactos:**

Correio eletrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

---



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

---

# Concurso Público

### Designação da Empreitada:

### "Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### ÍNDICE GERAL

#### I. PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

#### II. CADERNO DE ENCARGOS

##### ANEXOS:

ANEXO I - Modelo de Declaração – aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

ANEXO II – Modelo de Declaração – Habilitação;

ANEXO III – Modelo de Caução – Depósito;

ANEXO IV – Modelo de Caução - Garantia Bancária/Seguro-Caução



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**

#### **ÍNDICE:**

- 1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO**
- 2. ENTIDADE ADJUDICANTE**
- 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS**
- 4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS**
- 5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA**
- 6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA**  
**E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**
- 7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**
- 8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJETO**
- 9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS**
- 10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 12. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS**
- 13. INDICAÇÃO DO PREÇO**
- 14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES**
- 15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA**
- 16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**
- 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO**
- 18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO**
- 19. MINUTA DO CONTRATO**
- 20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**
- 21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO**
- 22. DESPESAS E ENCARGOS**





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### 1. IDENTIFICAÇÃO E PEÇAS DO CONCURSO

1.1. O presente procedimento tem por objeto a execução da empreitada **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"**.

1.2. O processo de concurso público para execução da empreitada de **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"** encontra-se patente para consulta na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento da Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município 2644-001 Mafra, onde poderá ser consultado durante as horas normais de expediente (todos os dias úteis, das 9.00 às 17.00 horas), desde a data da publicitação até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas;

1.3. As peças do concurso serão disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov);

1.4. O concurso foi aberto ao abrigo dos critérios que se encontram enunciados no artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adiante designado por CCP.

### 2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a **Câmara Municipal de Mafra**.

### 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

3.1. A decisão de contratar foi tomada pelo Sr. Presidente, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro

3.2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri nomeado para conduzir o procedimento, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov), dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.





X

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

3.3. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, via plataforma de contratação pública eletrónica. A falta de resposta até esta data, implica a prorrogação, por período correspondente, do prazo para apresentação das propostas. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para apresentação das propostas deve ser adequadamente prorrogado.

3.4. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas em concurso e notificar-se-á do facto todos os interessados que tenham adquirido as peças procedimentais.

### 4. ERROS E OMISSÕES E INSPECÇÃO DO LOCAL DOS TRABALHOS

4.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados.

4.2 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

4.3 Durante o primeiro terço do prazo que decorre até à apresentação das propostas, os interessados poderão, mediante solicitação ao dono da obra, inspecionar os locais de execução da obra e realizar neles os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.

### 5. DOCUMENTO DA PROPOSTA

A proposta deverá ser constituída pelos documentos previstos no artigo 57.º do CCP, sob pena de exclusão, nomeadamente:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

5.1. **Declaração**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP

5.2 **Atributos da Proposta:**

5.2.1 **Memória descritiva e justificativa** do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme Caderno de Encargos;

5.2.2 **Plano de trabalhos;**

5.2.3 **Plano de equipamento** a utilizar nesta obra;

5.2.4 **Plano de mão-de-obra** a utilizar nesta obra;

5.2.5 **Plano de Pagamentos** e Cronograma Financeiro;

5.2.6 **Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;**

5.2.7 Para efeitos da alínea a) do n.º 2 do art.º 57.º do CCP, juntar a Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalhos previstos no projeto de execução (**não obstante a resposta em sede de corpo da proposta, deverá, obrigatoriamente, ser preenchido e enviado o ficheiro Excel denominado LPU - Mapa de Quantidades**);

## 6. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

6.1. Em face do que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, fica determinado que só é aceite a entrega das propostas através da plataforma de contratação pública eletrónica [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov).

6.2. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva e a qualidade em que assina;

6.3. Todas as propostas deverão ser entregues até ao prazo limite de entrega via plataforma contratação pública eletrónica [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov).

6.4. Para tal é necessário o registo que poderá ser efetuado em [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov), dirigindo-se à área de pré-adesão de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Fornecedores.

6.5. Adicionalmente poderá encontrar os requisitos mínimos necessários para aceder à plataforma BizGov em [www.bizgov.pt/conteudos/default.asp?ID=71&IDP=18&P=18](http://www.bizgov.pt/conteudos/default.asp?ID=71&IDP=18&P=18).

6.6. Em caso de dúvidas ou apoio à submissão de propostas, a Saphety disponibiliza uma linha de apoio direta que poderá ser acedida através do número 707 101 249, ou através do correio eletrónico [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com).

6.7. Nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a uma assinatura eletrónica qualificada.

6.8. Os documentos elaborados ou preenchidos pelos concorrentes devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

6.9. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).

6.10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

**Nota: A submissão das propostas só deve ter lugar após o completo preenchimento do formulário principal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 70.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de Agosto.**

### 7. IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos na língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- a) Tradução devidamente legalizada;
- b) Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

### 8. PROPOSTA COM VARIANTES AO PROJECTO

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas com variantes ao projeto patentado (ou parte dele).

### 9. MODALIDADE JURÍDICA DE ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS

- 9.1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 9.2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no número anterior, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 9.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- 9.4. No caso da adjudicação da empreitada ser feita a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

### 10. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão entregues, até às **17.00 horas do 18.º dia**, a contar da data do envio do anúncio para Diário da República, (prazo contínuo). Caso esse dia venha a coincidir com dia não útil o prazo limite corresponderá às **17:00 do dia útil imediato**.

### 11. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Nos termos do artigo 65.º do CCP, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### 12. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. A adjudicação é efetuada segundo o critério da **proposta economicamente mais vantajosa**, determinada pela modalidade da **melhor relação qualidade-preço**, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

12.2. Na apreciação e classificação das propostas serão considerados os seguintes fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, indicando-se entre parêntesis os respetivos coeficientes de ponderação:

**a) Preço global da proposta (50%);**

**b) Qualidade técnica da proposta (50%), dividida pelos seguintes subfatores:**

b.1) Memória descritiva e justificativa do modo de execução da empreitada, incluindo descrição do planeamento de execução dos trabalhos, conforme o Caderno de Encargos (50%);

b.2) Plano de Trabalhos (20%);

b.3) Plano de Mão-de-Obra (15%);

b.4) Plano de Equipamento (15%).

12.3. Para efeitos da pontuação/classificação das propostas em cada um dos fatores de apreciação indicados no 12.2 serão aplicados os seguintes métodos:

**a) No que concerne ao preço global das propostas** as respetivas pontuações serão obtidas com base na equação abaixo indicada:

$$xi = \sqrt{(100 - 75)^2 - (100 - 75)^2 \times \left(\frac{vi}{vB}\right)^2} + 75$$

onde

xi - pontuação de cada concorrente;

vi - valor da proposta de cada concorrente;

vB - valor Base do concurso.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

b) No que concerne à qualidade técnica da proposta e aos subfactores que a compõem, sendo estes de natureza eminentemente qualitativa, a respetiva pontuação será efetuada numa escala de 0 a 100, segundo a seguinte metodologia:

- Apreciação e pontuação qualitativa segundo uma escala predeterminada de: Mau, Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom;
- Transformação da classificação qualitativa numa indexação quantitativa, através da seguinte correspondência numérica:

Mau.....	[0-20[ Pontos
Insuficiente.....	[20-40[ Pontos
Suficiente.....	[40-60[ Pontos
Bom.....	[60-80[ Pontos
Muito Bom.....	[80-100] Pontos

Sendo de referir o seguinte no que respeita a cada um dos subfactores:

**b.1)** Será fundamentalmente analisada a forma pormenorizada e coerente, como cada concorrente se propõe executar os trabalhos, devidamente adaptados à empreitada, incluindo a articulação com o planeamento e as exigências da boa execução dos trabalhos, cumprindo as peças escritas e desenhadas, o Caderno de Encargos, e ainda, o cumprimento do prazo e a garantia de qualidade. Para além do atrás mencionado, a análise da memória descritiva e justificativa, deverá ponderar também a garantia de qualidade dos materiais, dos equipamentos e dos métodos construtivos, definidos pelo concorrente para a execução da obra. Atribuição da pontuação será de acordo com o critério atrás mencionado.

**b.2)** Será fundamentalmente analisada a pormenorização, a duração e a coerência na execução das várias tarefas e o planeamento da empreitada, tendo em consideração as tarefas a executar, o controlo de qualidade e o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

prazo para a execução da obra. Atribuição da pontuação será de acordo com o critério atrás mencionado;

**b.3)** Será fundamentalmente analisado, ao longo do período de execução da obra, a quantidade, as características e a forma, do pessoal a afetar à obra e a cada tarefa, tendo em atenção o tipo e o volume de trabalhos a executar, o prazo de execução e a sua coerência com o planeamento e com o controlo de qualidade. Atribuição da pontuação será de acordo com o critério atrás mencionado;

**b.4)** Será fundamentalmente analisada, ao longo do período de execução da obra, as características, a quantidade e o tempo, dos equipamentos a afetar à obra e a cada tipo de trabalho e a sua coerência com os trabalhos a executar, tendo em atenção o planeamento da obra, o prazo e a garantia de qualidade da obra. Atribuição da pontuação será de acordo com o critério atrás mencionado.

**NOTA: Em caso de igualdade de pontuação, terá preferência a proposta de mais baixo preço.**

### 13.INDICAÇÃO DO PREÇO

- 13.1. O preço base para efeitos do concurso é de **3 097 998,99€ (três milhões e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos)**, acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor.
- 13.2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados em extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 13.3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 13.4. O concorrente deverá indicar na proposta os preços parciais dos trabalhos que se propõe executar nos termos dos números 4 e 5 do artigo 60.º do CCP.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 13.5. Devido ao facto do valor base do concurso corresponder a preços unitários coerentes com os valores médios que estão a ser praticados no mercado, não apresentando já grandes folgas, de forma a garantir uma perfeita execução dos trabalhos, será considerado anormalmente baixo o valor das propostas que sejam inferiores a 80% do preço base.
- 13.6. Atento o art.º 46.º- A do CCP a não contratação por lotes resulta de, por imperativos técnicos ou funcionais, a separação por lotes não permitiria uma correta gestão da empreitada e controlo de qualidade, nem uma adequada responsabilização dos diversos empreiteiros, para efeitos de garantia dos trabalhos a executar.

### 14. PUBLICITAÇÃO DA LISTA DOS CONCORRENTES

- 14.1. O Júri procederá, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov).
- 14.2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, a todas as propostas apresentadas.
- 14.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 14.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 13.1 e 13.2.

### 15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 15.1. Após a análise das propostas, tendo em conta todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas, bem como eventuais exclusões.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 15.2. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos, sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
- 15.3. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
- 15.4. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica SaphetyGov - [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov), devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.
- 15.5. Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia nos termos das disposições conjugadas dos artigos 147.º e 123.º, n.º 1, do CCP.

### 16. NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 16.1. A decisão da adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 16.2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação será notificado o adjudicatário para:
- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos, de acordo com o n.º 17 deste programa de procedimentos, conforme disposto no artigo 81.º do CCP;
  - b) Prestar a caução, nos termos do ponto 18 deste programa de procedimentos, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação, indicando expressamente o seu valor;
  - c) Confirmar, no prazo de 10 dias, eventuais compromissos, assumidos por terceiros, relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
  - d) Apresentação do **Plano de Segurança e Saúde de obra**.

### 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

- 17.1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente programa de concurso;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
  - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
- d) Alvará de construção ou títulos de registo do concorrente (ou cópia do mesmo) emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (INCI, I. P.), contendo as autorizações referidas no n.º 17.2 ou, se for o caso, em substituição, o documento referido na alínea a) n.º 5 do artigo 81.º do CCP;
- e) **Plano de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho;**
- f) **Qualificação mínima para o representante do empreiteiro:** De acordo com o Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Outros edifícios, até à Classe 6 de obra, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.



12

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 17.2. Para efeitos da alínea d) do número anterior, o alvará de construção a apresentar deverá conter:
- a) 7ª Subcategoria da 1ª Categoria, de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de junho, na Classe correspondente ao montante da empreitada.
  - b) 1ª; 2ª; 4ª; 5ª, 6ª e 8ª subcategorias, da 1ª categoria; 1ª, 6ª, 8ª, 9ª e 10ª subcategorias da 2ª Categoria; 1ª; 9ª, 10ª e 12ª subcategorias da 4ª Categoria e 1ª, 2ª, 8ª, 10ª e 11ª subcategorias, da 5ª categoria, na Classe que cubra o montante dos respetivos trabalhos.
  - c) Para os alvarás indicados na alínea b) os concorrentes podem recorrer a subcontratados, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.
  - d) As Subcategorias e Categorias atrás mencionadas estão de acordo com a Lei 41/2015, de 3 de Junho.
- 17.3. A entidade adjudicante concederá um prazo de três dias úteis para eventual supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação.
- 17.4. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.
- 17.5. O incumprimento da entrega dos referidos documentos de habilitação, no prazo fixado, constitui contraordenação muito grave, punível com coima graduada de € 2000 a € 3700 ou de € 7500 a € 44800, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, atento o disposto na alínea b) do artigo 456.º do Código dos Contractos Públicos.

### 18. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO

- 18.1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço contratual de acordo com o artigo 89.º do CCP e mais 5% para reforço da caução, que serão retidos na altura dos pagamentos dos autos de medição, conforme artigo 353.º do Código atrás referido.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 18.2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a aprestar pelo adjudicatário é de 10% (dez por cento) do preço contratual.
- 18.3. O adjudicatário deve, no prazo de 10 dias, a contar da notificação da decisão de adjudicação, prestar a caução, devendo comprovar que a prestou perante a entidade adjudicante, no dia imediatamente subsequente.
- 18.4. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais ou contratuais, pelo adjudicatário.
- 18.5. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro de caução, conforme escolha do adjudicatário, mediante a utilização de um dos modelos em anexo.
- 18.6. O depósito em dinheiro ou títulos é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Mafra, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 18.7. Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento das obrigações a que a garantia respeita.
- 18.8. Tratando-se do seguro-caução, o adjudicatário deve apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar esse seguro assumo, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante, em virtude de incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 18.9. Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
- 18.10. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### 19. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de cinco dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite.

### 20. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

### 21. FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROCESSO

As peças do concurso são disponibilizadas na plataforma de contratação pública eletrónica SaphetyGov – [www.saphety.com/pt-PT/saphetygov](http://www.saphety.com/pt-PT/saphetygov) e são fornecidas gratuitamente.

### 22. DESPESAS E ENCARGOS

22.1 Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas são da responsabilidade do concorrente;

22.2 Todas as despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito, se aplicável, serão da responsabilidade do adjudicatário;

22.3 Decorrem ainda por conta do adjudicatário todas as despesas derivadas da prestação de caucões e da emissão de seguros, quando a elas houver lugar.

22,06,2018  
...../...../.....

O Presidente da Câmara,

(Helder Sousa Silva)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Anexo I

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 - \_\_\_\_\_ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de \_\_\_\_\_ [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.



X

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) [...];

b) [...].

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (4)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".







## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Anexo II

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - \_\_\_\_\_ [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de \_\_\_\_\_ [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações prevista no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica \_\_\_\_\_ como endereço do sítio do sítio da *Internet* onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura (5)]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### ANEXO III Modelo de Caução

#### GUIA DE DEPÓSITO

Vai (a) \_\_\_\_\_, com morada/sede  
em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, contribuinte  
n.º \_\_\_\_\_

depositar na (b) \_\_\_\_\_, à ordem do Exmo. Senhor Presidente  
da Câmara

Municipal de Mafra de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 90º do Código dos  
Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, a quantia  
de (c) \_\_\_\_\_, que se destina a garantir o  
exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do procedimento de  
contratação referente a (d) \_\_\_\_\_, constituindo a caução a  
que refere o artigo 88º e seguintes, do mesmo diploma.

Localidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(e) \_\_\_\_\_

\*\*\*\*\*

- a) Identificação da entidade depositante (cocontratante);
- b) Designação da Instituição Bancária
- c) Quantia por extenso;
- d) Descrição do Procedimento
- e) Carimbo e assinatura da Entidade depositante.

#### Anexo IV

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA  
PRAÇA DO MUNICÍPIO • 2644-001 • MAFRA  
TELEF: 261 810 143 • FAX: 261 810 144  
E-MAIL: [aprovisionamento@cm-mafra.pt](mailto:aprovisionamento@cm-mafra.pt)  
INTERNET: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Modelo de Garantia Bancária/Seguro-Caução

Em nome e a pedido de (1) \_\_\_\_\_, vem o/a (2) \_\_\_\_\_ pelo presente documento, prestar, a favor do Município de Mafra, uma garantia bancária/seguro-caução, até ao montante de (3) \_\_\_\_\_ € (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito (4) \_\_\_\_\_ nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

Declara o/a (instituição garante) \_\_\_\_\_ que a presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que solicitado por simples notificação escrita por parte do Município de Mafra.

Mais declara o/a (instituição garante) \_\_\_\_\_ que, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pelo Município de Mafra, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente de quaisquer prémios que lhe sejam devidos

A Instituição Garante

\*\*\*\*\*

- (1) - Identificação completa do cocontratante;
- (2) - Identificação completa da Instituição garante;
- (3) - O valor deve corresponder a 5% do total da adjudicação, com exclusão do IVA;
- (4) - Identificação do procedimento.





37

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Concurso Público, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos**

# CADERNO DE ENCARGOS

### DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA:

**" Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira "**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Índice

#### **CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Cláusula 1.ª – Objeto

Cláusula 2.ª – Disposições por que se rege a empreitada

Cláusula 3.ª – Interpretação dos documentos que regem a empreitada

Cláusula 4.ª – Esclarecimento de dúvidas

Cláusula 5.ª – Projeto

#### **CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO**

##### **SECÇÃO I**

##### **Preparação e planeamento dos trabalhos**

Cláusula 6.ª – Preparação e planeamento da execução da obra

Cláusula 7.ª – Plano de trabalhos ajustado

Cláusula 8.ª – Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

##### **SECÇÃO II**

##### **Prazos de execução**

Cláusula 9.ª – Prazos de execução da empreitada

Cláusula 10.ª – Cumprimento do plano de trabalhos

Cláusula 11.ª – Multas por violação dos prazos contratuais

Cláusula 12.ª – Atos e direitos de terceiros

##### **SECÇÃO III**

##### **Condições de execução da empreitada**

Cláusula 13.ª – Condições gerais de execução dos trabalhos

Cláusula 14.ª – Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

Cláusula 15.ª – Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra

Cláusula 16.ª – Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção

Cláusula 17.ª – Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção

Cláusula 18.ª – Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 19.ª – Aplicação dos materiais e elementos de construção

Cláusula 20.ª – Substituição de materiais e elementos de construção



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- Cláusula 21.<sup>a</sup> – Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra  
Cláusula 22.<sup>a</sup> – Erros ou omissões do projeto e de outros documentos  
Cláusula 23.<sup>a</sup> – Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro  
Cláusula 24.<sup>a</sup> – Menções obrigatórias no local dos trabalhos  
Cláusula 25.<sup>a</sup> – Ensaios  
Cláusula 26.<sup>a</sup> – Medições  
Cláusula 27.<sup>a</sup> – Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados  
Cláusula 28.<sup>a</sup> – Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

### SECÇÃO IV

#### Pessoal

- Cláusula 29.<sup>a</sup> – Obrigações gerais  
Cláusula 30.<sup>a</sup> – Horário de trabalho  
Cláusula 31.<sup>a</sup> – Segurança, higiene e saúde no trabalho

### CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA

- Cláusula 32.<sup>a</sup> – Preço e condições de pagamento  
Cláusula 33.<sup>a</sup> – Adiantamentos ao empreiteiro  
Cláusula 34.<sup>a</sup> – Reembolso dos adiantamentos  
Cláusula 35.<sup>a</sup> – Descontos nos pagamentos  
Cláusula 36.<sup>a</sup> – Mora no pagamento  
Cláusula 37.<sup>a</sup> – Revisão de preços

### SECÇÃO V

#### Seguros

- Cláusula 38.<sup>a</sup> – Contratos de seguros  
Cláusula 39.<sup>a</sup> – Objeto dos contratos de seguro

### CAPÍTULO IV

#### REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- Cláusula 40.<sup>a</sup> – Representação do empreiteiro  
Cláusula 41.<sup>a</sup> – Representação do dono da obra  
Cláusula 42.<sup>a</sup> – Livro de registo de obra



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### CAPÍTULO V

#### RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

Cláusula 43.<sup>a</sup> – Receção provisória

Cláusula 44.<sup>a</sup> – Prazo de garantia

Cláusula 45.<sup>a</sup> – Receção definitiva

Cláusula 46.<sup>a</sup> – Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 47.<sup>a</sup> – Deveres de colaboração recíproca e informação

Cláusula 48.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 49.<sup>a</sup> – Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 50.<sup>a</sup> – Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 51.<sup>a</sup> – Foro competente

Cláusula 52.<sup>a</sup> – Comunicações e notificações

Cláusula 53.<sup>a</sup> – Contagem dos prazos

Cláusula 54.<sup>o</sup> - Legislação Aplicável





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### CADERNO DE ENCARGOS

#### Capítulo I

#### Disposições iniciais

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do concurso para a realização da empreitada de: **"Ampliação e Requalificação da Escola Básica António Bento Franco – Ericeira"**.

#### Cláusula 2.ª

#### Disposições por que se rege a empreitada

1 — A execução do Contrato obedece:

- a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
- b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação vigente, doravante designado CCP;
- c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
- d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
- e) Às regras da arte.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) O projeto de execução [ou o programa, no caso previsto no n.º 3 do artigo 43.º do CCP];



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

### Cláusula 3.ª

#### Interpretação dos documentos que regem a empreitada

- 1 — No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
- 2 — Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
- 3 — No caso de divergência entre as várias peças do projeto de:
  - a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes;
  - b) As folhas de medições discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º do CCP;
  - c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a g) do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

### Cláusula 4.ª

#### Esclarecimento de dúvidas

- 1 — As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 — No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 — O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

### Cláusula 5.ª

#### Projeto

1 — O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento, sendo integrado pelas seguintes peças:

- ❖ Projeto de Arquitetura;
- ❖ Projeto de estabilidade;
- ❖ Projeto das instalações elétricas;
- ❖ Projeto de telecomunicações;
- ❖ Projeto de AVAC;
- ❖ Projeto da rede de abastecimento de água;
- ❖ Projeto da rede de drenagem de águas residuais;
- ❖ Projeto de segurança contra incêndios;
- ❖ Projeto de sistemas de segurança integrada;
- ❖ Plano de segurança e saúde em projeto;
- ❖ Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- ❖ Mapa de quantidades (LPU);
- ❖ Programa e projeto de execução.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Capítulo II

#### Obrigações do empreiteiro

#### Secção I

#### Preparação e planeamento dos trabalhos

#### Cláusula 6.ª

#### Preparação e planeamento da execução da obra

1 — O empreiteiro é responsável:

- a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea i) do n.º 4 da presente cláusula.

2 — A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

3 — O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

- a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;
- b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
- c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 — A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

- a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;
- b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;
- c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 378.º do CCP;
- d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;
- e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;
- f) A apresentação pelo empreiteiro dos seguintes desenhos de construção, pormenores de execução e elementos do projeto:
- g) A elaboração e apresentação pelo empreiteiro do plano de trabalhos ajustado, no caso previsto no n.º 3 do artigo 361.º do CCP;
- h) A aprovação pelo dono da obra dos documentos referidos nas alíneas f) e g);
- i) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro.

5 – Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir a circulação condigna e segura, quer de viaturas, quer dos peões, nas ruas envolventes à zona de intervenção da empreitada.

6 – Se durante a execução da empreitada, devido à circulação de viaturas e máquinas, ocorrerem danos nos pavimentos dos arruamentos de acesso à obra, o empreiteiro terá que no final da referida empreitada deixar os arruamentos em perfeito estado. Se necessário, terá de levantar e reaplicar todos pavimentos danificados, às suas expensas, devendo o trabalho ser executado de acordo com o existente e com a aprovação da Fiscalização. Contudo, se durante a obra existirem anomalias nos arruamentos de acesso à obra, ou na envolvente da obra, que coloquem em causa a segurança de pessoas ou viaturas, que não devem esperar pelo final da empreitada, estas terão de ser corrigidas de imediato.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Caso o empreiteiro não proceda às correções acima referidas, no prazo definido pela Fiscalização, o Dono da Obra poderá executá-las a expensas do empreiteiro, podendo o Dono da Obra, se necessário, recorrer à caução da obra, ou descontar o respetivo custo em algum auto de medição, ou em qualquer revisão de preços ainda não pagos.

Acresce ainda que a receção provisória da empreitada não será efetuada enquanto todos os trabalhos de reparação de danos acima referidos, não estiverem concluídos e aprovados pela Fiscalização.

Nas propostas, os concorrentes devem fazer referência à forma como vão dar cumprimento a estes trabalhos.

7 - Durante toda a fase da obra o empreiteiro é obrigado a garantir também os acessos condignos e seguros, à zona da escola, quer dos peões, quer das viaturas.

Durante a obra o empreiteiro ainda obrigado a garantir todas as condições de segurança na zona do logradouro, de forma a garantir o funcionamento da escola, com total segurança.

### Cláusula 7.ª

#### Plano de trabalhos ajustado

1 — No prazo de 10 dias a contar da data da celebração do Contrato, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado para efeitos de elaboração da proposta.

2 — No prazo de 10 dias a contar da data da notificação do plano final de consignação, deve o empreiteiro, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo 361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3 — O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4 — O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;
- b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão de obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;
- d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

5 — O plano de pagamentos deve conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

### Cláusula 8.ª

#### Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

- 1 — O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.
- 2 — No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.
- 3 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.
- 4 — Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 — Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

6 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 — Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 — Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

### Secção II

#### Prazos de execução

##### Cláusula 9.º

#### Prazo de execução da empreitada

1 — O empreiteiro obriga-se a:

- a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
- b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
- c) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória no prazo de **225 (duzentos e vinte e cinco) dias** a contar da data da sua consignação.

2 — No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 — Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

### Cláusula 10.ª

#### Cumprimento do plano de trabalhos

1 — O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

2 — Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 — No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 8.ª.

### Cláusula 11.ª

#### Multas por violação dos prazos contratuais

1 — Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 — No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 — O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 12.ª

#### Atos e direitos de terceiros

1 — Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 — No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

### Secção III

#### Condições de execução da empreitada

### Cláusula 13.ª

#### Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratuamente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

2 - Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.ª.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e desde que a qualidade dos trabalhos, dos materiais e dos equipamentos seja igual ou superior ao previsto no concurso e cumpra o definido nos pontos seguintes.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

✕

4 – Sem prejuízo do disposto nos pontos antecedentes e seguintes, o empreiteiro fica obrigado a executar todos os trabalhos complementares e aplicar todos os métodos construtivos por ele indicados na sua memória descritiva, de forma a melhorar a qualidade dos trabalhos, sem que isso lhe confira o direito a qualquer valor adicional, sendo que em caso algum pode violar o definido no concurso, pelo dono da obra, nomeadamente funcionalidade, qualidade e arquitetura / estética. Se a qualquer momento for detetado que os materiais, ou os equipamentos aplicados são de qualidade inferior ao previsto no concurso, ou aos propostos pelo empreiteiro na fase de concurso, obriga o empreiteiro a proceder à sua substituição a suas expensas.

5 – Caso algum trabalho tenha sido indevidamente pago, por se detetar que as quantidades não estão corretas, ou pelo facto de se ter detetado que o trabalho não está em condições de ser aceite, aplica-se o artigo 390º do CCP.

6 – Qualquer material ou equipamento, para ser considerado de qualidade igual ou superior, não basta apenas, aparentemente, desempenhar a mesma função. Tem de ser de qualidade igual ou superior em todos os requisitos técnicos e funcionais da solução de referência do caderno de encargos, da memória descritiva e justificativa e do mapa de trabalhos, do concurso e também da memória descritiva do concorrente (caso o concorrente na sua proposta tenha indicado uma outra solução de qualidade superior à do concurso, de forma a melhorar a sua classificação na fase de apreciação das propostas). A qualidade igual ou superior deve verificar-se em todos os requisitos técnicos, nomeadamente, quando aplicável, funcionalidade, durabilidade, fiabilidade, enquadramento arquitetónico com o conjunto da arquitetura da obra (caso altere a arquitetura ou estética da obra fica dependente de aprovação do Dono da Obra), compatibilidade com outros materiais ou equipamentos existentes, composições e resistências químicas, resistências mecânicas, resistência ao desgaste, estabilidade dos pigmentos/cor, composição de anti fungos, espessuras e características dos revestimentos de proteção, espessuras dos revestimentos anticorrosivos, resistências aos ultravioletas, resistência térmica, resistência acústica, transmissão térmica, reflexão solar e outros aplicáveis. Quando o empreiteiro apresentar materiais ou equipamentos para aprovação da fiscalização, que sejam diferentes dos previstos, tem que apresentar um documento comparativo das características técnicas da solução base do concurso (incluindo as apresentadas pelo concorrente na fase de concurso) e da solução proposta pelo empreiteiro e, ainda, as recomendações técnicas do fabricante e documentos de homologação. Para além dos equipamentos ou materiais terem de ter a qualidade atrás mencionada, o empreiteiro também fica obrigado a respeitar todas as recomendações técnicas do respetivo fabricante, de forma a garantir uma boa execução/aplicação, sem que isso lhe



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

confira o direito a qualquer valor adicional. Caso o empreiteiro não cumpra as recomendações técnicas do fabricante, fica obrigado a retificar o trabalho executado a suas expensas, de forma a cumpri-las.

7 – Sempre que existam dúvidas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos a aplicar ou aplicados, o empreiteiro terá que complementar a documentação comprovativa das respetivas características. Se necessário serão efetuados testes, englobando os destrutivos, sempre que justificável, de forma a confirmar-se a respetiva qualidade, sendo que os equipamentos de medição e todas as despesas inerentes aos testes serão da responsabilidade do empreiteiro. Nos casos em que não sejam cumpridos os requisitos de qualidade proceder-se-á às reparações ou substituições necessárias, a expensas do empreiteiro.

8 – Caso o empreiteiro recorra à subcontratação será obrigado a cumprir toda a legislação aplicável, nomeadamente os artigos 317.º, 319.º, 320.º, 383.º, 384.º, 385.º e 386.º do CCP. Em caso de incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente o n.º 2 do artigo 383.º do CCP, além da aplicação de todas as sanções previstas na lei, tal facto será comunicado às entidades respetivas, em especial o IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção).

9 – O empreiteiro não pode invocar que a mobilização de meios ou equipamentos em determinado momento da empreitada, para executar qualquer trabalho imprevisto na empreitada, para além do custo normal desse trabalho, tem custos acrescidos de estaleiro, de mobilização de máquinas, ou outros, caso estes meios estejam previstos nos respetivos planos de mão-de-obra e/ou equipamentos, para aquele período.

10 – Caso exista alguma divergência entre o descritivo do mapa de trabalhos / mapa de quantidades, em relação a qualquer outro documento do concurso, prevalece o definido no mapa de trabalhos.

11 – A execução das obras deverá garantir o perfeito funcionamento da escola, ao longo de todo o ano letivo, devendo existir contentores provisórios para receber os alunos, mas de um só bloco de cada vez.

### Cláusula 14.ª

#### Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção

1 — Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos, tomando em também consideração o referido na cláusula 13ª, no que respeita à qualidade.

2 — Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.

3 — No caso de alguma indefinição quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar -se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.

4 — Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP quando aplicável, ou sempre que o empreiteiro entenda que as características dos materiais e elementos de construção fixadas no projeto ou nos restantes documentos contratuais não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, o empreiteiro comunicará o facto ao dono da obra e apresentará uma proposta de alteração fundamentada e acompanhada com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.

5 — A proposta prevista no número anterior deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo a que as diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos.

6 — Se o dono da obra, no prazo de 15 dias, não se pronunciar sobre a proposta referida no ponto anterior e não determinar a suspensão dos respetivos trabalhos, o empreiteiro utilizará os materiais e elementos de construção previstos no projeto e nos restantes documentos contratuais.

7 — O regime de responsabilidade pelo aumento de encargos resultante de alteração das características técnicas dos materiais e elementos de construção, ou o regime aplicável à sua eventual diminuição, é o regime definido no CCP para os trabalhos complementares e para os trabalhos a menos.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 15.ª

#### **Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra**

- 1 — Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando-se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.
- 2 — O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

### Cláusula 16.ª

#### **Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

- 1 — O empreiteiro deve submeter à aprovação da Fiscalização / Dono da Obra a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar, com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, tomando em consideração o mencionado na cláusula 13ª e apresentar também os respetivos documentos de homologação.
- 2 — Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando -se a mesma concedida se a Fiscalização / Dono da Obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro. É de salientar que a contagem do prazo definido neste artigo só se inicia após o empreiteiro apresentar todos os elementos definidos na cláusula 13ª.
- 3 — O empreiteiro é obrigado a fornecer à Fiscalização / Dono da Obra as amostras de materiais e elementos de construção que estes lhe solicitarem.
- 4 — A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
- 5 — Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios, ou outros testes necessários para verificação das características dos materiais, ou equipamentos, conforme mencionado na cláusula 13ª, correrão por conta do empreiteiro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 17.ª

#### **Reclamação contra a não aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Se for negada a aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida, pelo facto de estes satisfazerem as condições contraturalmente estabelecidas, incluindo o cumprimento da cláusula 13ª, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e toda a documentação técnica comparativa das soluções objeto de análise e ainda os documentos de homologação e apresentar à Fiscalização / Dono da Obra a reclamação devidamente fundamentada, no prazo de 10 dias.

2 — A reclamação considera -se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subseqüentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.

3 — Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pelo empreiteiro.

### Cláusula 18.ª

#### **Efeitos da aprovação dos equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Uma vez aprovados os equipamentos, materiais e elementos de construção para obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade, ou o empreiteiro tenha ocultado qualquer informação relevante sobre os mesmos.

2 — No ato de aprovação dos materiais, equipamentos e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.

3 — Se a modificação da qualidade dos equipamentos, materiais, equipamentos e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

### Cláusula 19.ª

#### **Aplicação de equipamentos, materiais e elementos de construção**

Os equipamentos, os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contraturalmente estabelecidas e as



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

recomendações técnicas dos fabricantes, seguindo-se, na falta de tais especificações, as normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pela Fiscalização / Dono da Obra.

### Cláusula 20.ª

#### **Substituição de equipamentos, materiais e elementos de construção**

1 — Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:

- a) Sejam diferentes dos aprovados;
- b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas e recomendações técnicas dos fabricantes ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.

2 — As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.

3 — Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras, ou informação técnica e documentos de homologação e reclamar.

### Cláusula 21.ª

#### **Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.

### Cláusula 22.ª

#### **Trabalhos complementares que se destinam a corrigir os erros e omissões**

1 — Aplica-se o previsto no código da Contratação Pública.

### Cláusula 23.ª

#### **Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro**

1 — Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 — Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 — Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

### Cláusula 24.ª

#### Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 — Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo ou dos documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 81.º do CCP, e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 — O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra, ou o dossier da atas e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 — O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 — Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

### Cláusula 25.ª

#### Ensaaios

1 — Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 — Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, cabe ao empreiteiro evidenciar a qualidade dos mesmos e caso este não tenha evidenciado o cumprimento integral do caderno de encargos e persistam dúvidas, pode a Fiscalização / Dono de Obra exigir a realização de quaisquer outros ensaios, ou testes que se justifiquem, de forma a comprovar o cumprimento do caderno de encargos, sendo o seu custo suportado pelo empreiteiro.

3 — Em complemento ao ponto anterior, caso o empreiteiro tenha apresentado todos os documentos técnicos e de homologação e aparentemente os equipamentos, os materiais e métodos construtivos, cumpram o Caderno de Encargos e, ainda assim, a Fiscalização tenha dúvidas, poderá a Fiscalização solicitar ensaios, ou testes complementares. Caso estes resultados complementares se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas sejam da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e testes e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do Dono da Obra.

### Cláusula 26.ª Medições

1 — As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e devidamente aprovados e ordenados pelo dono da obra, são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 — As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 — Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

- a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
- b) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- c) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 27.<sup>a</sup>

#### **Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados**

1 — Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 — No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

### Cláusula 28.<sup>a</sup>

#### **Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

1 — O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 — Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com a Fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 — Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 — No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

### Secção IV

#### Pessoal

#### Cláusula 29.ª

#### Obrigações gerais

1 — São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 — O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 — A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 — As quantidades e a qualificação profissional da mão de obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

#### Cláusula 30.º

#### Horário de trabalho

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 31.ª

#### Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 — O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 — O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 — No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 — Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 38.ª.

5 — O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

### Capítulo III

#### Obrigações do dono da obra

### Cláusula 32.ª

#### Preço e condições de pagamento

1 — Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato a entidade adjudicante pagará ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base correspondente, na empreitada em apreço, a **3 097 998,99€ (três milhões e noventa e sete mil, novecentos e noventa e oito euros e noventa e nove cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 2 — O preço base foi estabelecido através da aplicação às quantidades, das várias espécies constantes do mapa de quantidades, de preços unitários consonantes com valores praticados no mercado.
- 3 — Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26.<sup>a</sup>.
- 4 — Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 dias após a apresentação da respetiva fatura.
- 5 — As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo dono da obra.
- 6 — Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
- 7 — No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o dono da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo dono da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
- 8 — O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

### Cláusula 33.<sup>a</sup>

#### Adiantamentos ao empreiteiro

- 1 — O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.
- 2 — Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro caução.

3 — Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.

4 — A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

### Cláusula 34.ª

#### Reembolso dos adiantamentos

Os adiantamentos concedidos nos termos da cláusula anterior devem ser gradualmente reembolsados, mediante dedução nos respetivos pagamentos contratuais, sendo as quantias a deduzir calculadas com base nas seguintes fórmulas:

a) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja inferior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = Va \times Vpt - Vrt \quad Vt$$

b) Sempre que o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados seja igual ou superior ao valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor:

$$Vri = Va \times V'pt - Vrt \quad Vt$$

em que:

$Vri$  é o valor de cada reembolso a deduzir na situação de trabalhos contratuais;

$Va$  é o valor do adiantamento;

$Vt$  é o valor dos trabalhos contratuais por realizar à data de pagamento do adiantamento;

$Vpt$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, até ao mês em que se processa o reembolso, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor;

$V'pt$  é o valor acumulado dos trabalhos contratuais executados até ao mês em que se processa o reembolso;

$Vrt$  é o valor acumulado dos reembolsos já deduzidos até ao mês em que se processa o reembolso.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 35.ª

#### Descontos nos pagamentos

1 — Para garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a **10 %** desse pagamento.

2 — O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no programa do procedimento para a caução referida no número anterior.

### Cláusula 36.ª

#### Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

### Cláusula 37.ª

#### Revisão de preços

A modalidade de revisão de preços desta empreitada é efetuada com base na fórmula correspondente a F03 – Edifícios escolares, conforme anexo do despacho n.º 1592/2004 (2ª série), de 23 de Janeiro.

## Secção V

### Seguros

### Cláusula 38.ª

#### Contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 — O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 — O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 — O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 — Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 — Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

8 — Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

### Cláusula 39.ª

#### Objeto dos contratos de seguro

1 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo de que o pessoal contratado pelos subempreiteiros se encontra igualmente abrangido por seguro de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

2 — O empreiteiro obriga -se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros ou de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como a apresentar comprovativo de que os veículos afetos à obra pelos subempreiteiros se encontram igualmente segurados.

3 — O empreiteiro obriga -se, ainda, a celebrar um contrato de seguro destinado a cobrir os danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamento fixos ou móveis.

4 — No caso dos bens imóveis referidos no número anterior, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

5 — O capital a garantir no que se refere ao seguro de responsabilidade civil automóvel previsto no n.º 2 desta cláusula deverá respeitar os limites mínimos legalmente obrigatórios.

### Capítulo IV

#### Representação das partes e controlo da execução do contrato

##### Cláusula 40.ª

##### Representação do empreiteiro

1 — Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 — O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação de acordo com a Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, à qualificação profissional exigível aos técnicos para exercício de funções de direção de obra em apreço, como consta no Quadro n.º 1, do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, em que a natureza predominante da obra seja Outros edifícios, até à classe 6 de obra, apresentando o Curriculum Vitae e a Declaração da respetiva Ordem ou Associação Profissional.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- 3 — Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.
- 4 — As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
- 5 — O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
- 6 — O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
- 7 — Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.
- 8 — O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea i) do n.º 4 da cláusula 6.ª.

### Cláusula 41.ª

#### Representação do dono da obra

- 1 — Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
- 2 — O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
- 3 — O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

4 — Para efeitos dos termos conjugados da alínea i) do n.º 1 do art.º 96.º, com o art.º 290.º-A, ambos do CCP, na sua redação atual, desempenhará as funções de Gestor do Contrato: Eng.º João Tavares, Técnico Superior, a desempenhar funções na Divisão de Obras Municipais.

### Cláusula 42.ª

#### Livro de registo da obra

1 — O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 — O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

### Capítulo V

#### Receção e liquidação da obra

### Cláusula 43.ª

#### Receção provisória

1 — A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 — No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 — O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

### Cláusula 44.ª

#### Prazo de garantia

1 — **Conforme indicado no mapa de trabalhos.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

1

2 — Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 — Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

### Cláusula 45.ª

#### Receção definitiva

1 — No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 — Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 — A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

- a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
- b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 — No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 46.<sup>a</sup>

#### **Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

1 — Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.

2 — Verificada a inexistência de defeitos da prestação do empreiteiro ou corrigidos aqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, ou ainda quando considere os defeitos identificados e não corrigidos como sendo de pequena importância e não justificativos da não liberação, o dono da obra promove a liberação da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, nos seguintes termos:

- a) No final do primeiro ano, 30 % do valor da caução;
- b) No final do segundo ano, 30 % do valor da caução;
- c) No final do terceiro ano, 15 % do valor da caução;
- d) No final do quarto ano, 15 % do valor da caução;
- e) No final do quinto ano, os 10 % restantes.

3 — Nos contratos sujeitos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 397.º, a diferentes prazos de garantia e, consequentemente, a receções provisórias e definitivas parciais, a liberação parcial da caução, nos termos do disposto nos números anteriores, é promovida na proporção do valor respeitante a cada um dos conjuntos de elementos que compõem a obra, designadamente estruturais, construtivos não estruturais ou instalações técnicas e equipamentos.

### Capítulo VI

#### **Disposições finais**

### Cláusula 47.<sup>a</sup>

#### **Deveres de colaboração recíproca e informação**

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 48.ª

#### Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 — O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 — O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.
- 3 — Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.
- 4 — O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.
- 5 — O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.
- 6 — No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 7 — A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.
- 8 — A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 49.ª

#### Resolução do contrato pelo dono da obra

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;
- b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;
- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
- i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;
- j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;
- l) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;
- m) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;
- n) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;





## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- o) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;
- p) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;
- q) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 — Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 — No caso previsto na alínea q) do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 — A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

### Cláusula 50.ª

#### Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 — Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

- g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;
- h) Se, avaliados os trabalhos a mais, os trabalhos de suprimento de erros e omissões e os trabalhos a menos, relativos ao Contrato e resultantes de atos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;
- l) Se a suspensão da empreitada se mantiver:
- i) Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;
- ii) Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;
- m) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 — No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 — O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 — Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

### Cláusula 51.ª

#### Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### Cláusula 52.ª

#### Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

### Cláusula 53.ª

#### Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### Cláusula 54.ª

#### Legislação Aplicável

Para todas as matérias não expressamente reguladas, relativas ao processo de concurso e ao cumprimento do contrato, observar-se-á o disposto no CCP, e demais legislação aplicável.

22,06,2018

O Presidente da Câmara Municipal,

(Hélder Sousa Silva)



57  
2-1.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Educação e Juventude

### PARECER

Concordo com a proposta. Submete-se à consideração do sr. Presidente

26./06/2018

O(A) Vereador(a),

Concordo. Proponho que o assunto seja objecto de deliberação pelo órgão executivo.

26./06/2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a Proposta

26./6./2018

O(A) Chefe de Divisão

### DESPACHO

A reunião.

Proponho que a CMH indique o sr. Vereador António Felgueiras para membro do júri.

26./06/18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

## INFORMAÇÃO Interno/2018/9831

**ASSUNTO:** Atribuição de bolsas de estudo no domínio da música - ano letivo de 2018/2019

Reconhecendo a importância da música no processo de aprendizagem e formação do indivíduo, com o objetivo de promover o acesso ao ensino especializado da música, a Câmara Municipal manifestou a intenção de manter a atribuição de bolsas de estudo no domínio da música, através da inscrição da ação 2014-A-72 em Plano de Atividades para 2018.

Neste âmbito, ao abrigo do Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo no Domínio da Música do Município de Mafra, torna-se necessário proceder à abertura de um processo de candidaturas, com vista à seleção dos candidatos e consequente apresentação de proposta para atribuição e/ou renovação das bolsas de estudo.

anexo V



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Educação e Juventude**

Deste modo, propõe-se que, nos termos do artigo 1.º do mencionado Regulamento, a Câmara Municipal determine a abertura do concurso para apresentação de candidaturas no período de 4 a 17 de julho de 2018.

Propõe-se ainda que sejam atribuídas até 40 bolsas, distribuídas pelos seguintes cursos de instrumento:

Órgão	3
Clarinete	2
Flauta	1
Flauta transversal	5
Percussão	2
Piano	11
Saxofone	3
Saxofone alto	1
Trompa	2
Trompete	4
Violino	5
Violoncelo	1

Em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 1.º do citado Regulamento, caso se verifique a ausência de candidatos a um dos cursos instrumento anteriormente mencionados, as vagas dos mesmos serão transferidas para os restantes instrumentos referidos.

Para composição do Júri de avaliação das candidaturas e realização das provas de seleção, nos termos do artigo 5.º do mesmo regulamento, deverá ser nomeado o representante da Câmara Municipal.

No que concerne à verba contemplada na ação 2014-A-72 em Plano de Atividades, respeitante à atribuição de bolsas de estudo no domínio da música para o ano letivo 2018/2019, para o ano económico de 2018 está contemplado o valor de 24.000,00€ e para o ano económico de 2019, o valor de 28.000,00€.

À Consideração Superior

Mafra, 26 de junho de 2018

A Técnica Superior

(Isabel Ramalhete)



58<sup>3.1</sup>**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente****Divisão de Obras Municipais****PARECER**

Do Diretor de Departamento:

*Concordo.**A consideração superior***X**

Bruno Miranda

Director do Departamento de Urbanismo, O...

*15/6/2018*

Do Chefe de Divisão:

*Concordo**A cons. superior***X**

António Sousa Fernandes

Chefe da Divisão de Obras e Manutenção

*15/6/2018**Am***DESPACHO***Concordo e a suspensão da empreitada.**A reunião para ratificação***X**

Hélder António Guerra de Sousa Silva

Presidente da Câmara Municipal de Mafra

*15/6/2018***INFORMAÇÃO****ASSUNTO:** Suspensão de obra "Estabilização da arriba norte da Praia da Baleia/Sul - Ericeira

Foi adjudicada à empresa ANCORPOR, GEOTECNIA E FUNDAÇÕES, Lda., a empreitada correspondente à "Estabilização da Arriba Norte da Praia da Baleia/Sul - Ericeira", cuja consignação ocorreu a 9 de maio de 2018, sendo o prazo de execução da empreitada de 130 (cento e trinta) dias.

De forma a que os trabalhos não prejudiquem a época balnear, até ao final do mês de agosto e também seja dado cumprimento ao artigo 36.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, com base no artigo 369º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, propõe-se efetuar a suspensão da referida Empreitada, de 15/06/2018 a 31/08/2018, ou seja, pelo período de setenta e sete (77) dias.

Mais se informa que este assunto já foi abordado com o empreiteiro, numa reunião de obra, tendo este se mostrado disponível para que tal possa acontecer, conforme ata da reunião em anexo.

*anexo VI*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Obras Municipais**

Face ao exposto, submete-se à consideração superior esta referida suspensão dos trabalhos.

Mafra, 15 de junho de 2018

**X**

---

Osvaldo Rebola  
Técnico Superior





Urbanização Casal Pinheiro  
Parque Industrial Pinheiros Park, lote 3  
2580-461 Carregado  
E.mail: [geral@ancorpor.pt](mailto:geral@ancorpor.pt)  
Tel: 263860380  
Fax: 263852650

<b>Data</b>	12/junho/2018
<b>Local</b>	Ericeira

## ATA DE REUNIÃO Nº 3

Pontos discutidos na reunião				
Ponto	Assunto	Medidas a implementar	Responsável	Prazo
1	Trabalhos em curso	Os trabalhos de preparação dos maciços das microestacas estão a decorrer sem incidentes. As microestacas encontram-se concluídas.	Ancorpor	NA
2	Próximas actividades	Trabalhos de limpeza. Foi salientado a necessidade de se realizarem os trabalhos de limpeza dos detritos provenientes da furação, no corredor pedonal junto à praia.	Ancorpor	15/06
3	Segurança	Nada a assinalar		NA
4	Outros assuntos	O Empreiteiro foi consultado para a eventual necessidade de se suspender temporariamente a epreitada, entre o dia 15/06/18 e 31/08/18, devido às condições de segurança para os veraneantes que circulam nesta zona durante a época banhear. O qual não se apôs a esta medida excepcional. Ficando o mesmo a aguardar pela decisão final.	CMMafra	NA
5				

